

Oposição colhe assinaturas para criar CPI do INSS

Requerimento é de autoria do deputado Coronel Chrisóstomo

Por Karoline Cavalcante

Os parlamentares da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se movimentam para pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para apurar as supostas fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O requerimento é do deputado federal Coronel Chrisóstomo (PL-RO) e, até esta quinta-feira (24), já havia recolhido 74 das 171 assinaturas necessárias para protocolar o pedido.

Para Chrisóstomo, a gravidade das acusações exige uma investigação parlamentar aprofundada para esclarecer a extensão das fraudes. “Essa é uma pauta sensível e que não tem bandeira partidária. Esperamos que as investigações avancem com rigor e que o governo se posicione com firmeza. Não podemos aceitar silêncio diante de um crime dessa magnitude. É papel do Congresso agir e garantir transparência e justiça”, declarou o deputado.

Descontos

Também nesta quinta-feira, o ministro da Controladoria Geral da União, Vinícius de Carvalho, anunciou que o governo federal suspendeu os descontos feitos por associações de aposentados e pensionistas, além da retenção dos valores que seriam repassados a essas entidades em maio. O dinheiro será restituído aos beneficiários no pagamento de junho. A declaração foi feita à imprensa em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.



Kayo Magalhães/Câmara

Para Chrisóstomo, gravidade exige investigação rigorosa

“Os recursos descontados dos aposentados que iriam para as associações em maio já não vão para as associações. Esses recursos vão ser retidos e, na próxima folha de pagamento, serão restituídos aos aposentados. Então, já dá para dizer, com muita clareza, que, a partir de agora, nenhum aposentado será descontado da sua folha de pagamento”, afirmou Carvalho.

Ele explicou ainda que o órgão recomendou ao INSS a suspensão dos descontos no segundo semestre de 2024, porém, não tem como saber se o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi — que é responsável pela autarquia —, tinha conhecimento das orientações. “Nós fizemos a recomendação ao INSS. Se o ministro sabia, eu não tenho como dizer. A recomendação foi feita ao INSS”, afirmou o CGU.

Sem desconto

Na quarta-feira (23), a CGU divulgou o relatório que resultou na Operação Sem Desconto, em conjunto com a Polícia Federal. A auditoria foi iniciada no ano passado e teve como objetivo avaliar, por meio de entrevistas com aposentados e pensionistas do INSS, a adequação dos descontos de mensalidades associativas realizados na folha de pagamentos. Foram entrevistados 1.273 beneficiários, dos quais 97,6% informaram não ter autorizado os descontos.

Na operação, foram cumpridos 211 mandados de busca e apreensão em 14 estados e no Distrito Federal, além de ordens de sequestro de bens que ultrapassam R\$ 1 bilhão. Seis pessoas foram presas temporariamente. Entre os atingidos pela operação está o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, que foi afastado do cargo e, em seguida, exonerado.

Os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção ativa, passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, organização criminosa e lavagem de capitais.

Desgaste no governo

Ao Correio da Manhã, o cientista político Leandro Gabiati avaliou que a declaração de Lupi sobre Stefanutto chama atenção como um evidente ponto de desgaste no governo.

Após a exoneração exigida por Lula, o ministro assumiu “inteira responsabilidade” pela indicação do chefe da autarquia. “De alguma forma, está assumindo o ônus, por assim dizer. E também, de alguma forma, está se colocando de forma coberta como responsável desta indicação. O que chama a atenção aqui é o desgaste evidente que o governo tem, independentemente desse comentário”, avaliou o especialista.

Bolsonaro apresenta piora clínica, sem previsão de alta

Por Karoline Cavalcante

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) permanece internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, após apresentar agravamento em seu quadro clínico. De acordo com boletim médico divulgado nesta quinta-feira (24), o paciente apresentou aumento da pressão arterial e piora dos exames laboratoriais hepáticos. A instituição informou ainda que novos exames de imagem serão realizados para avaliação do quadro.

Bolsonaro está hospitalizado desde o dia 13 de abril, tratando complicações abdominais decorrentes do atentado a faca que sofreu em 2018. Desde sua internação, ele vem sendo acompanhado de forma intensiva, sem ingestão de alimentos por via oral e recebendo apenas nutrição intravenosa.

“Continua em jejum oral e com nutrição parenteral exclusiva. Segue com a fisioterapia motora e as medidas de prevenção de trombose venosa. Persiste a recomendação de não receber visitas e não há previsão de alta da UTI”, diz o documento assinado pela equipe médica.

Intimação

A atualização sobre sua saúde acontece um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) notificá-lo oficialmente sobre a abertura de uma ação penal, na qual ele é acusado de envolvimento em uma tentativa



Reprodução X/Bolsonaro

Após intimação, Bolsonaro apresentou quadro de piora

de golpe de Estado em 2022. A intimação foi entregue pessoalmente por uma oficial de Justiça no quarto onde ele está internado, estabelecendo um prazo de cinco dias para a apresentação da defesa.

O momento foi filmado e compartilhado nas redes sociais pelo próprio Bolsonaro. Visivelmente abatido, ele questiona a presença da servidora na UTI. “A senhora tem noção de que está dentro de uma UTI?”, perguntou, alegando que sua condição de saúde não é forjada.

Em nota também nesta quinta, o Sindicato Nacional dos Oficiais de Justiça Federais (Sindojaf) e a Associação Na-

cional dos Oficiais de Justiça do Brasil (UniOficiais) repudiaram a filmagem “indevida e não autorizada” da atuação da oficial. “Conduta que não apenas viola sua intimidade e honra funcional, como também busca distorcer os fatos e comprometer sua imagem perante a sociedade”, criticaram as entidades.

Enquanto o advogado Paulo Cunha Bueno, responsável pela defesa do ex-presidente, considerou a diligência inconstitucional. “Digo ‘inédita’, porque o Código de Processo Penal é explícito em determinar a impossibilidade de realização de citação de doente em estado grave, condição que, é notório, lamentavelmente hoje acomete o

presidente”, escreveu Bueno, na rede social X (antigo Twitter).

Antes dessa piora, o ex-presidente vinha demonstrando recuperação e chegou a dar entrevistas diretamente do hospital. Na terça-feira (22), durante uma live com os filhos Flávio, Carlos e Eduardo Bolsonaro, ele chegou a dizer que esperava retirar a sonda nasogástrica em breve e receber alta até a próxima segunda-feira (28). “Recebi uma boa notícia hoje. Talvez daqui a dois dias já me livrem da sonda, o que vai ajudar bastante. Acredito que até segunda estarei de alta e voltando à normalidade”, comentou.

Internação

A internação teve início após Bolsonaro dar entrada em um hospital no Rio Grande do Norte na noite do dia 11 de abril. Ele chegou ao local com um quadro de distensão abdominal e dor. Três dias depois, foi submetido a uma cirurgia conhecida como “laparotomia exploradora” — um procedimento que durou mais de 12 horas para tratar uma obstrução parcial do intestino. A operação foi necessária para corrigir aderências intestinais que impediam o funcionamento adequado do sistema digestivo e reforçar a parede abdominal.

Desde o atentado de 2018, esta foi a sétima cirurgia pela qual Bolsonaro passou, todas relacionadas a complicações decorrentes da facada sofrida por Adélio Bispo durante a campanha eleitoral daquele ano.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução X/Bolsonaro

Defesa de Bolsonaro nega vinculação com 08/01

Anistia: novo projeto também beneficia líderes

Acusados de liderarem a articulação golpista tendem a ser favorecidos mesmo se o texto de um novo projeto de anistia beneficiar apenas condenados pelo 8 de Janeiro.

Isto porque, pela proposta que passou a ser defendida pelo PL, as punições seriam limitadas aos responsáveis pelos atos de depredação de patrimônio público.

Seriam assim anuladas as penas aplicadas aos que participaram do 8 de Janeiro relacionadas à tentativa de, com emprego de violência ou de grave ameaça, abolir o Estado de Direito ou depor o governo.

Uma eventual descaracterização da intenção golpista dos manifestantes quebraria o elo entre a atuação deles e um planejamento do golpe por Jair Bolsonaro e auxiliares.

Como a coluna publicou, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), sustenta que recursos à Justiça ampliarão qualquer anistia que venha a ser aprovada pelo Congresso. Ontem, ele defendeu punições apenas para quem foi flagrado depredando patrimônio público.

Uma eventual descaracterização da intenção golpista dos manifestantes quebraria o elo entre a atuação deles e um planejamento do golpe por Jair Bolsonaro e auxiliares.

Ampla e geral

Como a coluna publicou, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), sustenta que recursos à Justiça ampliarão qualquer anistia que venha a ser aprovada pelo Congresso. Ontem, ele defendeu punições apenas para quem foi flagrado depredando patrimônio público.

Sem violência

A desvinculação do quebra-quebra a uma tentativa de golpe permitiria aos advogados do ex-presidente e de outros denunciados alegarem que eles apenas traçaram cenários e não estimularam qualquer depredação. Essa tese foi citada no julgamento da denúncia.



Divulgação/INSS

Alessandro Stefanutto, presidente do INSS, foi demitido na quarta

Acordos com o INSS facilitaram fraudadores

O golpe em aposentados e pensionistas foi facilitado por acordos de cooperação técnica entre o INSS e sindicatos e outras entidades, que obtiveram o direito de intermediar até mesmo empréstimos consignados.

De posse dos dados dos segurados, essas associações passaram a telefonar e mandar mensa-

gens em que ofereciam a possibilidade de viabilizarem empréstimos.

A plataforma Reclame Aqui está repleta de casos de pessoas que receberam e aceitaram essas ofertas. Depois, descobriram que tinham sido compulsoriamente associadas a uma dessas entidades e passaram a ter descontos em seus vencimentos.

Reclamações

No Reclame Aqui, uma aposentada disse ter sido lesada desde 2008 pelo Sindicato Nacional dos Aposentados, investigado pela Polícia Federal. A plataforma registra 1.037 reclamações contra a entidade, quase todas relacionadas a descontos irregulares.

Biombo

Há 13 meses, o INSS tirou o sofá da sala para fingir que resolveria a roubalheira que vitimava aposentados. Passou a exigir assinatura eletrônica e biometria das entidades beneficiadas por descontos nos vencimentos — mas isso, só para novos contratos.

Dificuldade

Em uma resposta-padrão enviada para o site, o sindicato (Sindnapi) revela como dificulta a vida dos que pedem desfiliação. Diz que o fim dos descontos deve demorar 60 dias e que devolverá dinheiro apenas “se houverem (sic) novos descontos APÓS o período mencionado”.

Bets na TV

Terminou sem acordo a segunda audiência pública promovida pela Comissão de Esporte do Senado para debater projetos que restringem a propaganda das bets. As empresas e representantes do mercado publicitário trataram de defender a manutenção do vale tudo.